



CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Mulheres disputam as eleições para as prefeituras municipais

No dia 3 de outubro 1.137 mulheres participam, como candidatas das eleições em 5.559 prefeituras brasileiras. Elas enfrentam preconceitos, dificuldade de financiamento de campanha, de conciliar a vida política com a vida doméstica e reclamam da falta de apoio partidário para as candidaturas. Mas, beneficiadas, ainda que indiretamente, pela Lei de Cotas

por sexo, as mulheres participam da disputa com chances efetivas de ganharem as eleições.

O movimento de mulheres se organizou e lançou a "Plataforma Feminista" procurando subsidiar todas as candidaturas na luta pela cidadania das mulheres, pela equidade de gênero e pela construção de uma sociedade mais justa e solidária. A plataforma foi lançada em vários estados com a participação de candidatas(os) e representantes de partidos políticos (págs. 5, 6 e 7)



Helena Helny



Iriny Lopes



Fátima Bezerra



Patrícia Gomes



Marta Suplicy

Aborto: direito das mulheres a ser conquistado com sua solidariedade

A campanha de 28 de setembro (Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe) tem como objetivo a humanização dos serviços de atenção à saúde e a diminuição da morbi-mortalidade materna. A campanha também luta pelo avanço, na legislação dos países da região, buscando a formação de consensos políticos em torno da revisão das leis punitivas (pág 8).



TRABALHADORAS
RURAIS ORGANIZADAS
GANHAM ESPAÇO NO
BRASIL.

PÁGINA 3

COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E REDAÇÃO CONFIRMA
NORMA TÉCNICA.

PÁGINA 4

MULHERES NEGRAS SE
PREPARAM PARA A
CONFERÊNCIA MUNDIAL
CONTRA O RACISMO.

PÁGINAS 9 E 10

*28 de Setembro – Dia pela Descriminalização do
Aborto na América Latina e Caribe*

Aborto, direito à saúde e direito de cidadania

JACIRA MELO*

Se considerarmos a tendência política e médica internacional e os protocolos assinados pelo Brasil em assembleias promovidas pelas Nações Unidas nos anos 90, o legislativo deveria, há muito, ter excluído do Código Penal brasileiro a criminalização da prática da interrupção voluntária da gravidez.

O Congresso Nacional e a sociedade brasileira precisam debater a questão do aborto sem máscaras e a partir de dados concretos. Faz-se necessário um debate sério sobre a tragédia de meio milhão de adolescentes e mães de família que, a cada ano, ficam com seqüelas físicas em consequência de abortamentos clandestinos. Anualmente três mil brasileiras acabam morrendo em consequência de abortos realizados com sondas de plástico e agulhas de tricô. Não há princípio de natureza moral, religiosa ou filosófica que justifique o sofrimento, desassistência e morte de tantas meninas e mães no campo e nas periferias das cidades brasileiras. Ao legislativo, executivo e judiciário cabe debater e encarar o aborto como um grave problema de saúde pública à espera de soluções responsáveis.

A Campanha 28 de Setembro, impulsionada por organizações de mulheres em 18 países da América Latina e Caribe, tem como objetivo a humanização dos serviços de atenção à saúde e a diminuição da morbi-mortalidade materna. A Campanha também luta pelo avan-

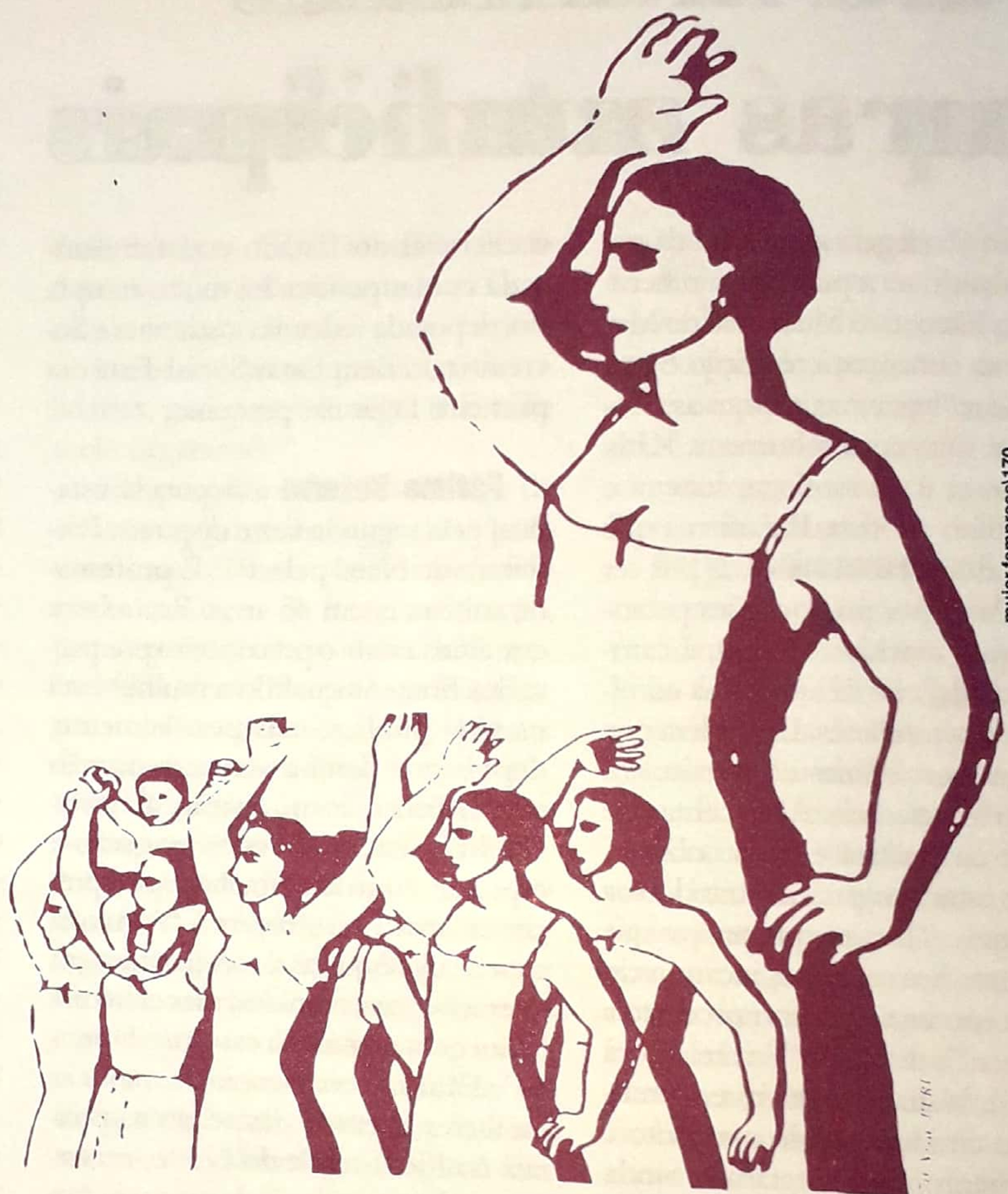
ço na legislação dos países da região, buscando a formação de consensos políticos em torno da revisão das leis punitivas.

Todos sabem que em nosso país o aborto é proibido por lei, mas todos sabem também que diariamente um número incontável de abortos são feitos. Na prática, o aborto seguro está restrito às mulheres que têm condições de pagar para que ele seja realizado em clínicas privadas. Ou seja, a discrimina-

lização do aborto significa corrigir, ainda que tardiamente, uma forma perversa e grave de discriminação social e de limitação da cidadania.

**INTEGRANTE DA REDE NACIONAL
FEMINISTA DE SAÚDE E DIREITOS
REPRODUTIVOS*

*Rede Saúde
(11) 814.4970
São Paulo - Brasil*



mulher fempress/170

Tereza Viana 1994

**O aborto é um direito das mulheres que pode ser
conquistado com a sua solidariedade**